

BOLETIM DE GREVE-SINTESAM

Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Superior do Estado do Amazonas



Narrativa sobre fim da greve em início de abril não se sustenta juridicamente

A greve dos técnico-administrativos em educação enfrenta, neste momento, uma nova onda de desinformação. Depois da narrativa de que o acordo de 2024 estaria sendo cumprido integralmente, agora circula a versão de que o movimento teria um "prazo de validade" e precisaria se encerrar em 2 de abril por causa da legislação eleitoral. Essa leitura não se sustenta. A Lei nº 9.504/1997 veda, em período eleitoral, a revisão geral da remuneração acima da recomposição inflacionária, mas isso não se confunde de forma automática com o cumprimento de acordo já firmado, nem com reestruturações específicas de carreira.

No próprio entendimento eleitoral já consolidado, reestruturação de carreira específica não é tratada da mesma forma que revisão geral anual. Esse ponto é central para a categoria, porque a pauta dos TAEs envolve medidas vinculadas ao Termo de Acordo nº 11/2024, assinado anteriormente, e não uma concessão genérica e nova, criada em pleno ano eleitoral. A experiência histórica também desmonta a tese de um bloqueio automático em abril. Em 2006, a Lei nº 11.355 foi sancionada em outubro, reestruturando carreiras federais. Em 2014, o Senado aprovou em 28 de maio reajuste para diversas categorias do Executivo. Esses precedentes mostram que o calendário eleitoral não produz, por si só, uma barreira absoluta às negociações e aos desdobramentos de acordos.

O movimento segue até que o governo apresente cronograma concreto, negociação efetiva e garantias reais para o cumprimento integral do acordo de 2024.

Cronograma da Greve

	01/abr	02/abr	03/abr	06/abr	07/abr	08/abr
manhã	Assembleia de Greve	Semana santa	Semana santa	Reunião CLG Planejamento	Organização Comissões CLG Visita nas unidades	Assembleia de Greve
tarde	Reunião com movimento estudantil	Semana santa	Semana santa	Organização Comissões CLG	Organização Comissões CLG	Organização Comissões CLG

Mesa nacional debate saúde do servidor, benefícios e orçamento

A reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente, realizada em 26 de março, colocou em debate uma série de pautas que impactam diretamente o conjunto do funcionalismo público federal. Entre os temas apresentados pelas entidades sindicais e discutidos com o governo estiveram a saúde do servidor, a atualização de normas sobre adicionais ocupacionais, os benefícios e a previsão orçamentária para os próximos anos.

Um dos pontos destacados foi a implementação da Comissão Interna de Saúde do Servidor Público. Embora já prevista em portaria, a medida ainda não era obrigatória. A perspectiva agora é de efetivação desse instrumento, ampliando o debate sobre saúde do trabalhador, condições de trabalho, ambiência e saúde mental no serviço público.

Também entrou na pauta a necessidade de atualização das regras que tratam dos adicionais de periculosidade e insalubridade. A avaliação das entidades é de que a legislação em vigor, ainda baseada em normas antigas, já não responde adequadamente às condições atuais de trabalho, especialmente no setor público.

AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

No campo dos benefícios, foi apresentado o reajuste do auxílio-alimentação, que passará para R\$ 1.192,00, além de atualizações no auxílio-creche e no ressarcimento à saúde. Neste último caso, foi debatida a possibilidade de substituição do modelo atual por um auxílio que também alcance os aposentados, medida que ainda dependerá de estudo de viabilidade por parte do governo.

As entidades também defenderam alterações na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para viabilizar a equiparação dos benefícios e cobraram que o governo já preveja, na proposta orçamentária, recursos destinados a reajuste linear em 2027, diante das limitações impostas pelo calendário eleitoral. A discussão reforça que a pressão organizada segue sendo decisiva para transformar pauta em avanço concreto.

GEOGRAFIA DA GREVE



O que dá pra comprar com o aumento do vale alimentação?

- a) 1kg de sobrecoxa de frango
- b) 1 pacote de bebida láctea
- c) 1 Caixa de chocolate pra páscoa

FILIE-SE

(92) 99491-4508
E-MAIL: sintesam@gmail.com
SITE: sintesam.org.br

Francisco José Furtado, 09
São Francisco

@SINTESAM



SIGA A FASUBRA:

FACEBOOK.COM/FASUBRA

@FASUBRASINDICAL

Assembleia na faculdade de medicina discute avanços da greve

A assembleia geral de greve realizada no dia 25 de março, em formato híbrido, às 9h, no Dr. Zerbini da Faculdade de Medicina da UFAM, debateu informes da greve, avaliação de conjuntura e os avanços recentes relacionados ao cumprimento do acordo firmado com a categoria. O encontro também reforçou a importância de manter a base mobilizada diante das pendências ainda existentes e da necessidade de pressão contínua para garantir que os compromissos assumidos saiam do papel. Além dos informes locais e nacionais, a assembleia discutiu o

cenário político da greve e o andamento das pautas que seguem em disputa. O espaço serviu para atualizar a categoria sobre os desdobramentos mais recentes e reafirmar que cada avanço obtido é resultado direto da mobilização coletiva e da permanência da luta. Ao final, a assembleia deliberou pela reafirmação da greve por ampla maioria, com registro de apenas uma abstenção. Na plenária presencial, a votação foi unânime. No total, participaram da votação 18 servidores presencialmente e 52 de forma on-line.

CINE-DEBATE INTEGRA AGENDA DE GREVE E FORTALECE DIÁLOGO COM COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA

Como parte da programação da greve, o SINTESAM participou da organização de mais uma edição do Cinema em Debate, realizada na manhã de 26 de março, no auditório da ADUA, com a exibição do filme Manas (2024). A atividade reuniu estudantes dos cursos de Jornalismo e Relações Públicas da UFAM em um espaço de reflexão sobre temas como abuso, exploração sexual de meninas, violência de gênero e desigualdades sociais na Amazônia.

Integrada à agenda de mobilização da greve, a sessão articulou arte, debate político e aproximação com a comunidade universitária. Após a exibição, o debate contou com a participação da professora Ivânia Vieira, da Faculdade de Informação e Comunicação da UFAM, além de informes apresentados por representantes do CLG-SINTESAM sobre a greve dos técnico-administrativos em educação.



Informação segura também fortalece a greve

Têm circulado nas redes e grupos da categoria materiais sobre o cumprimento do Termo de Acordo de Greve 11/2024 sem confirmação oficial do movimento. Em momentos de greve, a circulação de documentos sem origem identificada ou de versões parciais pode gerar ruído, interpretações apressadas e desinformação. Por isso, a orientação é simples: acompanhar os informes oficiais do SINTESAM e da FASUBRA, que seguem monitorando cada etapa das discussões e do andamento do acordo. As avaliações consolidadas do movimento serão apresentadas pelos canais oficiais da categoria.

PERGUNTAS E RESPOSTAS SOBRE A GREVE

A CHEFIA PODE IMPEDIR A PARTICIPAÇÃO NA GREVE?

- Não.
- A decisão de aderir ou não à greve pertence ao servidor. Gestores não podem:
- Coagir;
 - Ameaçar punições automáticas;
 - Exigir presença para frustrar o movimento;
 - Criar constrangimentos públicos.
- A hierarquia administrativa não se sobrepõe ao direito constitucional de greve.



PERGUNTAS E RESPOSTAS SOBRE A GREVE

O QUE CONFIGURA CONDUTA ANTISSINDICAL?

Segundo entendimento do Ministério Público do Trabalho, são condutas antissindiciais:

- Dificultar ou impedir o exercício do direito de greve;
- Coagir trabalhador(a) a comparecer para frustrar o movimento;
- Substituir grevistas de forma irregular;
- Criar incentivos para desestimular a adesão;
- Adotar medidas administrativas para esvaziar o movimento.

Tais práticas podem gerar responsabilização administrativa e judicial.

Solicitações de atividades essenciais devem ser encaminhadas ao CLG-SINTESAM pelo e-mail sintesam@gmail.com

ARTICULAÇÃO POLÍTICA E MOBILIZAÇÃO MARCAM AGENDA NACIONAL DA GREVE

A quinta-feira, 26 de março, foi marcada por articulação política e mobilização no âmbito do Comando Nacional de Greve da FASUBRA-Sindical. Pela manhã, o CNG debateu temas internos relacionados à racionalização, nivelamento e formação de seus integrantes. À tarde, trabalhadores e trabalhadoras realizaram vigília em frente ao Bloco F, reforçando a cobrança pelo cumprimento integral do acordo firmado ao final da greve de 2024.

A atividade ocorreu paralelamente à reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente, com participação de representantes do Serviço Público Federal e de centrais sindicais. Pela FASUBRA, esteve presente a coordenadora-geral Cristina del Papa. Segundo avaliação da entidade, houve mudança de postura do governo, que voltou a apresentar panorama das reivindicações após um período de estagnação nas negociações.

SANÇÃO DO RSC-TAE ABRE NOVA ETAPA DA LUTA PELA IMPLEMENTAÇÃO

O Reconhecimento de Saberes e Competências dos técnico-administrativos em educação deu um passo decisivo. Com a sanção presidencial do PL 5.874/2025, o RSC-TAE entra formalmente na legislação federal como uma conquista arrancada pela greve unificada da Educação Federal em 2024. O projeto aprovado pelo Congresso institui o mecanismo no âmbito do PCCTAE, mas sua aplicação concreta nas instituições federais de ensino ainda depende da publicação do decreto regulamentador.

A disputa agora se concentra justamente nessa regulamentação. A posição defendida pelo movimento é que o decreto preserve a minuta construída no âmbito da CNSC/MEC, fruto do debate com a categoria, e que a implementação do RSC comece efetivamente em abril de 2026, em cumprimento ao termo de acordo firmado após a greve. O desafio, portanto, já não é apenas garantir a existência legal do RSC, mas assegurar que ele saia do papel com regras compatíveis com o que foi negociado e sem novos entraves à valorização da carreira.